



Revista do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Abril 2016 • [www.stfpsn.pt](http://www.stfpsn.pt)





### 03 EDITORIAL

ORLANDO GONÇALVES

### 04 OPINIÃO

VALDEMAR MADUREIRA

### 06 TEMA

40 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

### 08 ACTIVIDADES

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2015

### 14 ORGANIZAÇÃO

BALANÇO CONTAS 2015

### 16 JURÍDICO

CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE SINDICAL

### 19 FORMAÇÃO

CALENDÁRIO FORMAÇÃO 2016

#### PORTO - Sede

Rua Vasco de Lobeira, nº 47/51  
4249-009 Porto  
T. 225574060 | F. 225507257  
geral.porto@stfpsn.pt

#### BRAGA - Delegação

Avª Imaculada Conceição, nº 388  
4700-034 Braga  
T. 253610712 | F. 253267361  
geral.braga@stfpsn.pt

#### BRAGANÇA - Delegação

Edifício Translande, Avª Sá Carneiro, r/c, loja 33  
5300-252 Bragança  
T. 273331642 | F. 273100120  
geral.braganca@stfpsn.pt

#### VIANA DO CASTELO - Delegação

Rua do Anjinho, nº 43 - 45  
4900-320 Viana do Castelo  
T. 258823218 | F. 258070255  
geral.viana@stfpsn.pt

#### VILA REAL - Delegação

Rua Miguel Torga, nº 3, bl. A r/c  
5000-524 Vila Real  
T. 259324737 | F. 259100184  
geral.vilareal@stfpsn.pt





# Editorial



**Orlando Gonçalves**

Coordenador do STFPSN

## **Caros Associados,**

Tendo recentemente sido eleita a nova Direção do Nosso Sindicato, para a qual contámos com a Vossa participação massiva e que desde já Vos agradecemos a confiança depositada, apesar das adversidades forçadas pela lei que retirou direitos ao movimento sindical, designadamente, quanto à participação dos associados nestes exercícios eleitorais, estamos agora em tempo de balanço. Por um lado o que foi o mandato 2012/2016 e, por outro, ao que nos propomos para o quadriénio 2016/2020.

Relativamente ao mandato agora terminado, consideramos que, na generalidade, fomos ao encontro das pretensões dos associados, participámos ativamente nas diversas reuniões negociais (governativas e com as entidades empregadoras) com o objetivo de reivindicar melhores condições para os trabalhadores, integrámos as lutas do Movimento Sindical Unitário (MSU) e promovemos outras, mas todas com o norte de reverter as políticas que redundaram, nomeadamente, na excessiva perda de empregos, na diminuição dos salários e das pensões, nos cortes dos suplementos e dos subsídios, no desinvestimento das qualificações e especializações dos trabalhadores, na precariedade do emprego, na degradação dos serviços públicos e no seu desmantelamento, na requalificação dos trabalhadores.

Sobre o controlo orçamental e resultado líquido do Sindicato referente ao ano de 2015, e sem prejuízo da Vossa análise às contas do ano transato e que se encontram publicadas na presente edição, apesar do saldo negativo apresentado (mas menor do que aquele que havia sido orçamentado para aquele ano), dizer que podemos constatar que é notório o esforço que vem sendo efetuado nos dois últimos anos para inverter a polaridade deste saldo, caminhando no sentido do equilíbrio das contas e da transformação do défice em superavit, não à velocidade que pretendíamos, mas à medida do esforço que foi e é exequível, sem que seja beliscada a atividade sindical.

Para o quadriénio 2016/2020, atentos ao quadro político-económico em que estamos inseridos, quer ao nível nacional, quer ao nível europeu, o STFPSN, bem como o MSU, têm – mais do que nunca – que estar à altura da sua missão de representação e de defesa dos seus trabalhadores e do dever de zelar pela resolução dos problemas concretos e das reivindicações dos trabalhadores e associados.

Neste contexto emerge claramente a necessidade de planos de ação que mobilizem os trabalhadores, que os envolvam nas decisões e que lhes permitam a utilização de formas de luta firmes e que vão acompanhando também a sua capacidade de mobilização de todos os trabalhadores, pois só com a sua representatividade massiva se poderá obter ganhos expressivos.

Do nosso plano de ação, tal como constava do nosso programa eleitoral e porque juntos fazemos Um Sindicato com Futuro, destacamos o nosso compromisso para com os trabalhadores e para com os seguintes objetivos:

**Colocar a ação reivindicativa dos trabalhadores no centro da atividade sindical;**

**Pugnar pelo direito ao trabalho, pelo aumento dos salários e por salários justos;**

**Combater a precariedade do emprego e lutar por um emprego com direitos;**

**Valorizar o trabalho, as competências e as qualificações dos trabalhadores;**

**Impor a reposição dos horários de trabalho, para as 35 horas semanais;**

**Repudiar quaisquer formas de discriminação nos locais de trabalho;**

**Lutar pela efetivação dos direitos dos trabalhadores;**

**Assegurar a reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais e garantir os direitos das vítimas;**

**Exigir a responsabilidade de assunção das funções sociais do Estado;**

**Reforçar o combate à privatização, encetado pelo Estado;**

**Dignificar e lutar pelo Serviço Nacional de Saúde e revogar os modelos de gestão de EPE's e PPP's ;**

**Reforçar o sistema de Segurança Social, enquanto serviço público, solidário e universal;**

**Encorajar à obtenção de uma política cultural digna e que seja para todos;**

**Promover as políticas de repartição justa, assente num sistema de impostos progressivo e que respeite os rendimentos das famílias;**

**Defender uma política de habitação condigna para todos;**

**Contestar por um desenvolvimento sustentável, que promova a criação de emprego.**

Estamos cientes que na prossecução destes objetivos é fulcral a confiança na base trabalhadora e a aposta na organização sindical do STFPSN, nomeadamente no reforço da rede dos delegados e ativistas sindicais, no incremento da sindicalização, na formação sindical, bem como a nossa participação no MSU, designadamente com as estruturas das Uniãos Distritais, da FNSTFPS (Federação Nacional dos Sindicatos em Funções Públicas e Sociais), da FCSAP (Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional.



**Valdemar Madureira**

Presidente da Assembleia-Geral do STFPSN

# OE2016

## UMA JANELA ENTREABERTA QUE URGE ESCANCARAR

As eleições para a Assembleia da República realizadas no passado dia 4 de Outubro constituíram uma pesada derrota para a coligação PSD/CDS-PP. Com efeito, esses partidos, no seu conjunto, perderam mais de 730 mil votos, 25 deputados e, com isso, a maioria absoluta. Perante esta realidade, o PCP desafiou o PS a formar governo dizendo que tal só não aconteceria se não o quisesse. Disse-o quando muitos braços estavam caídos, esquecendo que compete à Assembleia da República, nos termos da Constituição da República, decidir quanto à formação de governos. É que, ao contrário do que foi dito por alguns intervenientes na campanha eleitoral e fantasiado pela comunicação social, não há eleições para primeiro-ministro.

E assim aconteceu, o PS formou governo estabelecendo com o PCP, com o BE e o PEV compromissos para repor direitos, devolver salários e reverter algumas das principais malfeitorias do PSD/CDS-PP, acalentando a esperança do povo em políticas que invertessem o rumo de desgraça que vinha sendo seguido pelo anterior governo.

Algumas medidas começaram a ser tomadas, casos da abertura do caminho para a retoma do horário das 35 horas de trabalho na administração pública e da reposição dos 4 feriados que haviam sido

roubados. Mas o Orçamento de Estado é que seria o primeiro grande momento de aferição da mudança de política. Um Orçamento de Estado que é do PS e resulta de um Programa do PS.

E a mudança aconteceu conforme o atesta um conjunto de medidas que dele constam, muitas delas resultantes das posições conjuntas assinadas entre o PS e os partidos políticos que apoiaram a formação do governo, medidas abrangendo áreas diversas, tais como o Trabalho, os Apoios Sociais, a Justiça Fiscal, a Saúde, a Educação.

Entre elas, **há a salientar:**

No Trabalho: o desagravamento fiscal sobre os trabalhadores; a redução da sobretaxa do IRS; a devolução de salários cortados; o combate à precariedade na Administração Pública e Sector Empresarial do Estado; a eliminação de restrições à contratação nas autarquias locais.

Nos Apoios Sociais: o descongelamento das pensões; o aumento ou majoração de prestações sociais como o Abono de Família, o RSI e o Complemento Solidário para Idosos ou o Subsídio por Assistência de Terceira Pessoa.

Na Justiça Fiscal: a reposição das deduções por filhos e eliminação do coeficiente familiar em sede de IRS; a baixa do IVA na restauração para 13%; a protecção das famílias relativamente a um aumento do IMI; a protecção da morada de família face a penhoras decorrentes de execuções fiscais; o fim da isenção de IMI para fundos imobiliários.

Na Saúde: a redução e isenção de taxas moderadoras; a contratação de médicos aposentados para resolver carências imediatas; a renovação de contratos de médicos internos.

Na Educação: introdução progressiva da gratuidade dos manuais escolares.

Na discussão na especialidade, várias propostas apresentadas pelos Partidos que estão empenhados na actual solução política foram aprovadas, enriquecendo o seu conteúdo.

Entre elas, a prorrogação do regime transitório para as amas familiares da Segurança Social, a redução da taxa máxima do IMI, a gratuidade dos manuais escolares do 1º ano do ciclo básico, a criação de um apoio aos desempregados de longa duração inscritos no regime geral de Segurança Social, uma tarifa social de energia mais abrangente, o impedimento de aumento dos valores máximo e mínimo das propinas.

**Mas a janela entreaberta com a formação do governo PS e com este Orçamento poderia ter-se aberto um pouco mais,** caso não tivessem sido rejeitadas algumas propostas visando uma política fiscal mais justa com a tributação do grande capital, designadamente através do aumento da contribuição extraordinária sobre o sector energético, de um adicional de 2% da derrama estadual sobre empresas com rendimentos tributáveis superiores a 35 milhões de euros, da criação de um imposto sobre património mobiliário superior a 1 milhão de euros.

Igualmente, poderia ter sido possível iniciar-se o processo de recuperação do poder de compra perdido pelos reformados e pensionistas caso tivesse sido aprovada a proposta apresentada pelo PCP de aumento das reformas e pensões em 10 euros por mês, com excepção do último escalão. O PSD e o CDS-PP que tanto se insurgem contra o aumento

irrisório, que o é, das reformas e pensões não votaram a favor dessa proposta. É que mesmo com o voto contra do PS, a proposta seria aprovada caso tivessem votado a favor. O mesmo aconteceu com a proposta do PCP para a revogação

do congelamento das carreiras que tanto vem prejudicando os trabalhadores da Administração Pública que, sem o apoio do PS, nem do PSD e CDS-PP, acabou chumbada.

**A janela da esperança abriu-se um pouco mais, mas ela não chegaria a abrir caso continuasse um governo PSD/CDS-PP. Permaneceríamos numa noite escura.**

É que hoje estaríamos a lamentar, a sofrer, a protestar contra as políticas que estariam a ser implementadas e que não podem ser esquecidas. Seriam a continuação dos cortes de 600 milhões de euros nas prestações sociais, reformas e pensões, a manutenção dos cortes até 2019, pelo menos, nos salários roubados, o aumento da injustiça fiscal com a manutenção ou agravamento das taxas do IRS e a redução das do IRC, novos e mais acentuados cortes nas funções sociais do Estado e nos serviços públicos essenciais às populações, o congelamento do salário mínimo nacional, a manutenção dos feriados roubados, novas formas de flexibilização dos horários de trabalho e mais normas para facilitar os despedimentos. E estaríamos revoltados pelo facto dos cortes que diziam ser transitórios passarem a definitivos.

A janela da esperança não se abrirá tanto quanto o Povo e o País precisam enquanto se mantiverem alguns constrangimentos, designadamente: a não consideração da necessidade, urgente e imperiosa, da renegociação da dívida pública que em Janeiro último, segundo dados do Banco de Portugal, atingiu 234.396 milhões de euros e vai acarretar, este ano, o pagamento de 8,5 mil milhões de euros de juros, a rejeição da intromissão das instituições da UE na definição das políticas do País numa clara ofensa à soberania nacional, o não relançamento do investimento público visando a produção nacional e a criação de emprego, a não implementação de uma política fiscal mais justa com uma maior tributação do grande capital e do património imobiliário.

Sendo verdade que este Orçamento não é, ainda, aquele de que o País precisa, ele contém avanços que não podem ser desvalorizados.

E, além disso, derrota a teoria da inevitabilidade dos sacrifícios, que nunca foram para todos, e da falta de alternativa.

**A janela entreabriu-se mais, agora para que ela continue a entreabrir-se é indispensável pôr de lado a expectativa e lutar pelo cumprimento do que a Constituição da República dispõe e que este ano comemora o seu 40º aniversário.**

**“Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”**

(artigo 1º da Constituição da República Portuguesa)





# 1976 40 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA > 2016

Celebra-se este ano o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa. Provavelmente, já todos ouvimos falar nela e, no entanto, são cada vez menos os que conhecem e sabem o que ela representa. Ao longo destes 40 anos foram várias as tentativas de relativizar a importância da nossa Constituição e de a modificar sob pretextos de modernização, lançando para a praça pública a ideia de que aquela já não serve os propósitos dos nossos tempos.

Não nos deixemos enganar, a Constituição é o garante dos princípios fundamentais e dos direitos de todos os cidadãos!

Num passado recente e de má memória, algumas das medidas legislativas sob a égide do anterior Governo foram consideradas inconstitucionais e, outras que sendo-o, foram permitidas temporariamente após a fiscalização do Tribunal Constitucional com a justificação de que “a crise” ou “a Troika” assim o impunham. Inenarrável!

Em três anos de governação atingiu-se o vergonhoso recorde de oito (8!) chumbos do Tribunal Constitucional a medidas propostas pelo Governo. Todos os Orçamentos de Estado propostos pelo anterior Governo contiveram normas inconstitucionais, foi essa aliás a maior característica da anterior governação: o constante desrespeito e violação da Constituição da República Portuguesa.

Os atentados a quem trabalha foram muitos e variados; apesar de tudo, os trabalhadores souberam responder com firmeza aos ataques que foram sendo lançados contra o pilar da nossa democracia e, unidos em torno do seu Sindicato, saíram às ruas em defesa da sua Constituição. Foi vital a demonstração de força dos trabalhadores para que o Tribunal Constitucional fizesse respeitar os princípios da Constituição.

Recentemente, e já com um novo Governo, foi aprovado pela Assembleia da República a Resolução nº. 141/2015 que recomenda a divulgação e o estudo da Constituição da República Portuguesa no ensino escolar obrigatório e que trará aos nossos jovens o conhecimento das bases que garantem a democracia em Portugal, é fundamental formar os nossos jovens para que conheçam os direitos e deveres que a Constituição lhes confere, e venham assim a exercer plenamente a sua cidadania.

Em ano de celebração do 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa voltamos a ter um Orçamento de Estado sem normas inconstitucionais, um importante passo foi dado no sentido da reposição da normalidade democrática, no entanto ainda muito há para percorrer até sanarmos tudo o que de mau foi feito nos últimos anos. Só o poderemos fazer se continuarmos a exigir o cumprimento da Constituição, e defendermos sempre, aquela que sempre nos defendeu.



**Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal (Lei do Orçamento de Estado para 2012)**



**Suspensão do subsídio de férias dos funcionários públicos (Lei do Orçamento de Estado para 2013)**



**Suspensão do subsídio de férias (ou equivalentes) dos pensionistas (Lei do Orçamento de Estado para 2013)**



**Alargamento do corte dos subsídios a contratos de docência e de investigação (Lei do Orçamento de Estado para 2013)**



**Contribuições de 6% e 5% nos subsídios de desemprego e doença, respectivamente (Lei do Orçamento de Estado para 2013)**



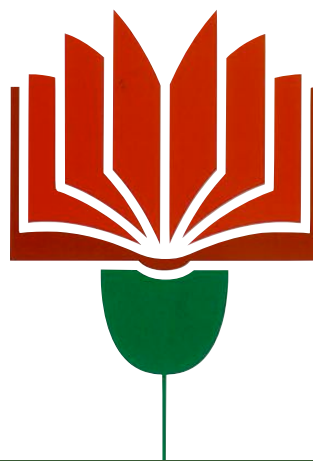
**Cortes entre 2,5% e 12% nos vencimentos da função pública a partir dos 675 euros brutos (Lei do Orçamento de Estado para 2014)**



**Cortes de 5% nos subsídios de doença (Lei do Orçamento de Estado para 2014)**



**Cortes de 6% no subsídio de desemprego e ainda cortes nas pensões de sobrevivência (Lei do Orçamento de Estado para 2014)**



### **Artigo 13.º**

(Princípio da igualdade)

1.

Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.

2.

Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

### **Artigo 53.º**

(Segurança no emprego)

É garantida aos trabalhadores a segurança no emprego, sendo proibidos os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos.

### **Artigo 104.º**

(Impostos)

1.

O imposto sobre o rendimento pessoal visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar.

2.

A tributação das empresas incide fundamentalmente sobre o seu rendimento real.

3.

A tributação do património deve contribuir para a igualdade entre os cidadãos.

4.

A tributação do consumo visa adaptar a estrutura do consumo à evolução das necessidades do desenvolvimento económico e da justiça social, devendo onerar os consumos de luxo.

### **Artigo 108.º**

(Titularidade e exercício do poder)

O poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição.

# Proposta de Relatório de Actividades

## Introdução

O ano de 2015 ficou marcado pelas eleições legislativas realizadas em 4 de outubro, cujos resultados evidenciaram uma vontade de mudança na vida dos cidadãos portugueses, alimentando uma esperança que há muito se ambicionava.

O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPSN) e as estruturas sindicais nacionais deram um contributo fundamental na mobilização dos trabalhadores para o combate firme às políticas neoliberais postuladas pelo último governo, de que são exemplos as inúmeras iniciativas que abaixo se elencam.

A esperança e as legítimas expectativas depositadas na mudança têm conduzido o STFPSN e as estruturas sindicais nacionais, como a Federação e a CGTP-IN, a exigirem a alteração de medidas e de opções políticas que preconizam a valorização do trabalho e dos trabalhadores, de que se destacam:

- **A reposição integral dos salários, subsídios e pensões, bem como o descongelamento das progressões salariais e a revalorização salarial pelo menos na proporção do SMN;**
- **A reposição do horário de 35 horas semanais para todos os trabalhadores da Administração Pública;**
- **A revogação dos regimes de Requalificação na Administração Pública;**
- **O fim do encerramento, reconfiguração e privatização dos serviços públicos em cumprimento do papel do Estado na garantia das funções sociais;**
- **A reposição do número de dias de férias anteriormente previsto e reposição dos feriados retirados durante o período de assistência financeira.**

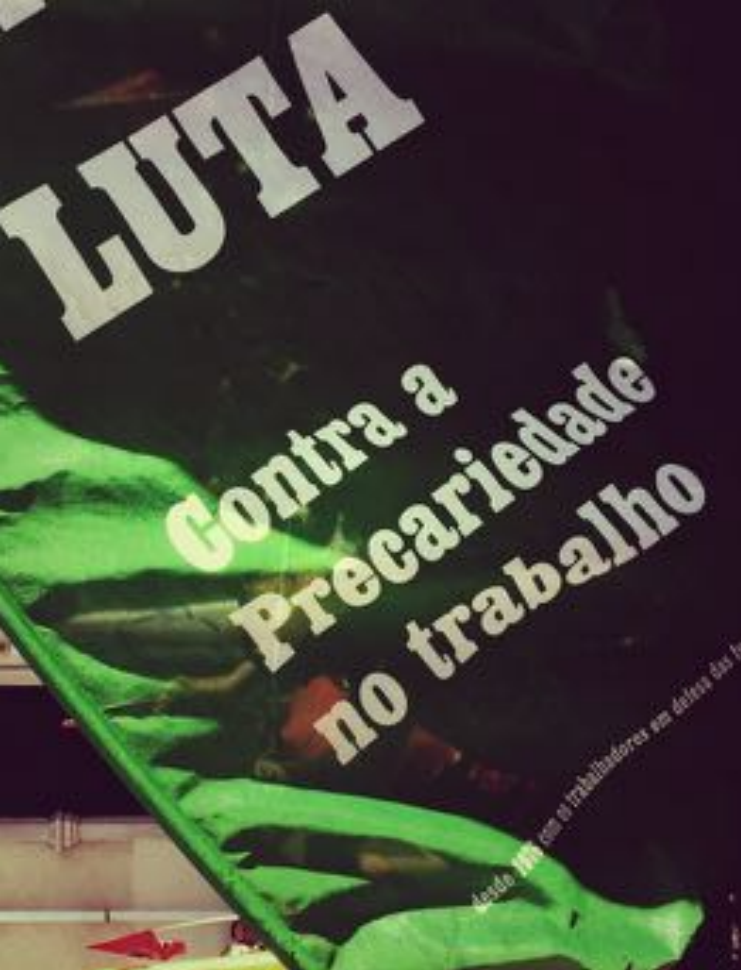
Perante este cenário de dificuldades, houve necessidade redobrada de organizar, mobilizar e tomar medidas de reforço da atividade sindical com ações contínuas que passaram pela presença de milhares de trabalhadores nas iniciativas realizadas ao longo do ano de 2015 das quais podemos, desde já, destacar importantes triunfos:

- **Assinatura de Acordos Coletivos de Empregador Público que possibilitaram, entre outras matérias, a redução da duração semanal de trabalho para as 35 horas;**
- **Negociação e publicação de novo Contrato Coletivo Trabalho (CCT) para as IPSS, que contemplou um aumento salarial que era esperado há 5 anos;**
- **Negociação e publicação de novo Acordo de Empresa (AE) para a União das Misericórdias Portuguesas com o compromisso de no futuro, a partir do atual AE, obter a publicação de novo Acordo Coletivo de Trabalho (ACT);**
- **Publicação do Estatuto da Carreira de Guarda Florestal representando a dignificação profissional de mais de 300 trabalhadores depois de quase 10 anos de negociação.**

No plano organizacional interno previsto no Plano de Atividades para 2015 foi, finalmente, possível proceder à mudança da página eletrónica com novos conteúdos e arranjo gráfico, foi possível continuar a proporcionar formação profissional aos nossos associados sem o apoio de qualquer financiamento externo, destacando-se ainda neste âmbito a realização de Seminários em todos os distritos do âmbito geográfico do Sindicato.

Por fim, salientar a tendência de consolidação orçamental através da racionalização dos recursos existentes que possibilitem o equilíbrio financeiro do STFPSN.





## Ações desenvolvidas em 2015

### Ao nível global

**7/março** – participação na Grande MANIFESTAÇÃO, no Porto, promovida pela CGTP-IN, para exigir o respeito pelos direitos dos trabalhadores, o fim das privatizações e o controlo pelo Estado das empresas em setores estratégicos, o investimento público e o desenvolvimento do setor produtivo;

**8/Março** – participação nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, promovida pela CGTP-IN;

**11/abril** – participação na JORNADA DE LUTA, promovida pelo Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI), com CONCENTRAÇÃO, no Porto, pela valorização das reformas e pensões, contra o aumento do custo de vida;

**25/Abril** – participação nas comemorações do 25 de Abril, promovidas pela CGTP-IN;

**1/Maio** – participação nas comemorações do 1º de Maio, promovidas pela CGTP-IN;

**10/novembro** – grande CONCENTRAÇÃO frente à Assembleia da República a fim de apoiar a mudança de políticas e exigir respostas urgentes às reivindicações dos trabalhadores e à resolução dos problemas mais imediatos dos cidadãos;

**28/novembro** – participação na CONCENTRAÇÃO, no Porto, promovida pela CGTP-IN com o objetivo de exigir o cumprimento da Constituição da República e dar posse à nova maioria parlamentar, afirmar a urgência na mudança de políticas a fim de desenvolver a economia, promover a criação de emprego com direitos, dinamizar a contratação coletiva, aumentar salários, pensões e reformas, entre outras;

### Ao nível geral (Função Pública)

**janeiro** – Postal dirigido ao Presidente do Tribunal Constitucional (T.C.) com o objetivo dos trabalhadores solicitarem a intervenção do T.C. tendo em conta o desrespeito do Secretário de Estado da Administração Pública ao não considerar a negociação coletiva e a autonomia administrativa das autarquias, entre outras entidades ao vetar os Acordos Coletivos de Empregador Público já negociados;

**30/janeiro** – MANIFESTAÇÃO Nacional, em Lisboa, pela reposição das 35 horas semanais que passou pelo Tribunal Constitucional para entrega de milhares de postais assinados pelos trabalhadores e que terminou no Ministério das Finanças;

**13/março** – GREVE Nacional da Administração Pública a fim de exigir a reposição das 35 horas semanais, o descongelamento dos salários e das posições remuneratórias, a negociação anual dos salários e a devolução dos cortes salariais realizados, contra os despedimentos de que é exemplo o processo de requalificação no Instituto de Segurança Social, I.P.;

**29/setembro** – Exposição da Comissão de Aposentados e Reformados, no Porto, enquadrada numa jornada de esclarecimento e luta com o objetivo de dar a conhecer a evolução do regime de proteção social em Portugal, da destruição dos direitos dos reformados e pensionistas da Administração Pública desde a década de 80 e o seu agravamento, particularmente nos últimos anos;



**dezembro** – Abaixo-assinado dos Trabalhadores da Administração Pública a ser entregue na Assembleia da República, exigindo a aplicação das 35 horas semanais a todos os trabalhadores;

### Ao nível setorial

**janeiro** – Abaixo-assinado dos trabalhadores não docentes dirigido ao Primeiro-Ministro e Ministro da Educação e Ciência a fim de exigir dignidade profissional e demonstrar a sua oposição quanto à destruição da Escola Pública;

**20/janeiro** – Abaixo-assinado dos trabalhadores não docentes sob a gestão do Município de Felgueiras dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Felgueiras exigindo a reposição das 35 horas semanais enquanto horário que melhor preconiza a conciliação da vida pessoal e profissional;

**26/janeiro** – VIGÍLIA dos trabalhadores da Segurança Social junto do Centro Distrital de Segurança Social de Braga pela defesa dos postos de trabalho dos trabalhadores em requalificação;

**20/fevereiro** – GREVE nacional dos trabalhadores não docentes da Educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário a fim de exigir a negociação do Caderno Reivindicativo onde consta, entre outras matérias, o fim do recurso à contratação precária; a alteração à portaria de rácios, a reposição das 35 horas semanais;

**abril** – GREVE dos Trabalhadores dos Museus, Palácios, Monumentos e Sítios Arqueológicos a todo o trabalho extraordinário prestado nos dias: 18 de abril (Dia Internacional dos Monumentos e Sítios), 16 de maio (Dia Europeu dos Museus) e dia 18 de maio (Dia Internacional dos Museus);

**28/abril** – GREVE dos Trabalhadores da Autoridade para as Condições de Trabalho contra o esvaziamento de funções na carreira Técnica Superior, a reformulação dos objetivos de avaliação de desempenho fixados para o biénio 2015-2016 com efetiva negociação entre o avaliador e o avaliado; a melhoria das condições de trabalho, o reforço do quadro de pessoal;

**15/maio** – GREVE dos Trabalhadores da Saúde, pela defesa do Serviço Nacional de Saúde geral, universal e gratuito, a reposição das 35 horas de trabalho, a contratação de trabalhadores, por aumentos salariais anuais, pelo fim dos cortes salariais e reposição dos salários retirados desde 2011, pelo descongelamento das progressões nas carreiras e por uma negociação e criação efetiva de Carreiras, pagamento do abono para falhas, regulamentação do subsídio de risco, penosidade e insalubridade e pela não entrega dos hospitais às misericórdias;



**5/setembro** – Sessão de Esclarecimento para Amas da Segurança Social, realizada no Porto, com o objetivo de fazer um balanço sobre a sua situação profissional e estas apresentarem as suas reivindicações que vão no sentido da manutenção de um contrato de trabalho com o ISS e na recusa da contratualização diretamente com os encarregados de educação que é proposta pelo Ministério;

**1/outubro** – GREVE com MANIFESTAÇÃO dos Trabalhadores do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM) a fim de exigir a dignificação, valorização e regulamentação da carreira dos técnicos de emergência pré-hospitalar, o direito a um regime específico de aposentação, a regulamentação de um subsídio de risco, penosidade e insalubridade, contra a enorme falta de pessoal e o recurso abusivo ao trabalho suplementar para satisfazer necessidades permanentes;

**Dezembro** – Abaixo-assinado dos trabalhadores não docentes das Escolas dirigido ao Presidente da Câmara de Gondomar exigindo a assinatura do Acordo Coletivo de Empregador Público (ACEP) sem a cláusula relativa ao Banco de Horas;





## Outras Iniciativas

**7/fevereiro** – participação no 10º Congresso da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos, sob o lema Pelo Reforço da Sindicalização de Quadros Técnicos, contra a precarização do emprego;

**24/abril** – Assembleia-Geral de Associados do STFPSN, para aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2014;

**13/junho** – participação no Plenário Eleitoral da União de Sindicatos de Bragança / CGTP-IN;

**31/outubro** – participação no 8º Congresso da União de Sindicatos de Vila Real / CGTP-IN;

**11/dezembro** – Assembleia-Geral de Associados do STFPSN, para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

## ASSEMBLEIA-GERAL DE ASSOCIADOS DO STFPSN

**Porto, 22 de abril de 2016**  
**9H30 – Auditório da Sede do STFPSN**  
Rua Vasco de Lobeira, nº 47, Porto

Ao abrigo do artigo 62º, nºs 1 e 2, convoco a Assembleia-Geral Ordinária do STFPSN para, nos termos previstos no artigo 61º, nº 1, alínea b) e 56º, alínea c), todos dos Estatutos do STFPSN, reunir no próximo dia **22 de abril de 2016**, pelas **9H30** no Auditório da Sede do STFPSN, sito à Rua Vasco de Lobeira, nº 47, no Porto com a Ordem de Trabalhos que abaixo se indica.

Nos termos do artigo 63º, nº 1 dos citados Estatutos, a Assembleia-Geral funcionará à hora marcada, verificada que seja a existência de *quórum*, ou uma hora mais tarde, com qualquer número de associados presentes.

### Ordem de Trabalhos:

**Ponto Único: Discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2015**





# Actividade sindical

## Acção sindical

GREVES	CONCENTRAÇÕES MANIFESTAÇÕES	REUNIÕES / VISITAS A LOCAIS TRABALHO	Nº PRESENCAS REUNIÕES / VISITAS	ASSEMBLEIAS DELEGADOS
6	9	825	2.469	5

## Sindicalização

NOVOS SÓCIOS	DESISTÊNCIAS	SÓCIOS ACTIVOS	DELEGADOS ELEITOS	TOTAL DE DELEGADOS
839	1.542*	12.920	208	828

\* neste valor estão incluídas as limpezas de  
ficheiros realizadas em maio e novembro de 2015.

# serviços

## Informação e propaganda

SINDICATO/FEDERAÇÃO Nº Comunicados / Nº Exemplares	CGTP-IN/USP Nº Comunicados / Nº Exemplares
141 / 75.370	15 / 17.580



Ações Realizadas (turmas)	PORTO	14
	BRAGA	5
	BRAGANÇA	1
	VIANA CASTELO	0
	VILA REAL	9
	TOTAL	29

Formandos (Sócios)	PORTO	357
	BRAGA	112
	BRAGANÇA	20
	VIANA CASTELO	0
	VILA REAL	162
	TOTAL	651
Seminários	Porto, Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real	5
Participantes		257
Workshops Aposentados	PORTO e BRAGA	6
Formandos		88

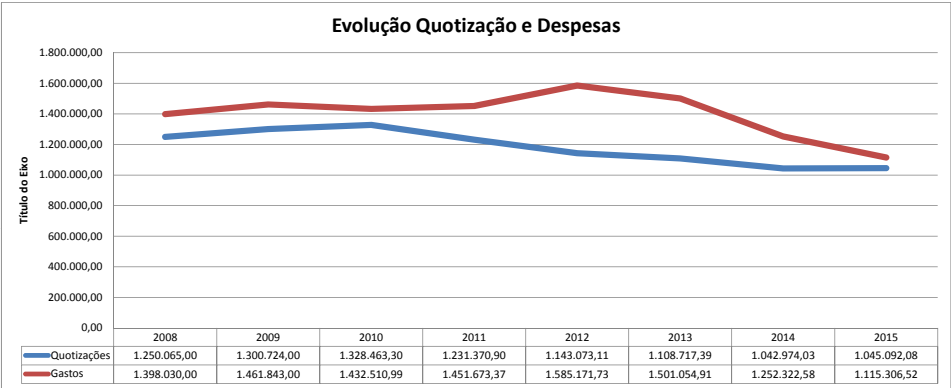
# Protocolos

Protocolos	Associados
Universidades	
ISMAI - Instituto Superior da Maia	27
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti	2
Universidade Fernando Pessoa	17
Universidade Lusíada	11
Universidade Lusófona	5
Universidade Portucalense	16
Universidade Popular do Porto	2
SUB-TOTAL	80
Outros Protocolos	
Seguro de Saúde Fidelidade / Multicare	335
Outros	4
SUB-TOTAL	339
TOTAL	419



# BALANÇO 2015

Em Euros				
CÓDIGO CONTAS	RUBRICAS	Notas	Dezembro 2015	Dezembro 2014
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>				
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
431+432	Terrenos e Edifícios	6 e 6.1	1.432.294,31	1.447.513,98
433	Equipamento Básico	6 e 6.2	19.970,08	20.314,32
434	Equipamento de Transporte	6 e 6.3	0,00	7.105,23
435	Equipamento Administrativo	6 e 6.4	62.619,50	68.300,27
	<b>Total Ativos Fixos Tangíveis</b>		<b>1.514.883,89</b>	<b>1.543.233,80</b>
453	<b>Investimentos em Curso</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Total Activo Não Corrente</b>		<b>1.514.883,89</b>	<b>1.543.233,80</b>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>				
242+245	Estado e outros entes públicos	7 e 13	0,00	497,10
2321+2322	Adiantamentos a dirigentes e pessoal	8.2	8.755,65	9.217,72
278	Cauções	8.2	1.007,74	907,98
278+261	Outras Contas a Receber-Devedores diversos	8.2	86.197,89	107.679,85
2721	OCR (Devedores por Acréscimo de Rendimentos)	8.2	1.307,89	6.750,35
281	Diferimentos (Gastos a Reconhecer)	9.1	5.787,82	4.769,03
	<b>Subtotal</b>		<b>103.056,99</b>	<b>129.822,03</b>
<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>				
13	Depósito Prazo - Novo Banco	4 e 8.1	165.000,00	165.000,00
13	Depósito a Prazo- Montepio Geral	4 e 8.1	290.000,00	355.000,00
12	Depósitos à Ordem	4 e 8.1	49.983,96	28.898,76
11	Caixa	4 e 8.1	2.989,30	3.251,92
	<b>Subtotal Caixa e Depósitos Bancários</b>	4 e 8.1	<b>507.973,26</b>	<b>552.150,68</b>
	<b>Total Activo Corrente</b>		<b>611.030,25</b>	<b>681.972,71</b>
	<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>2.125.914,14</b>	<b>2.225.206,51</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS e PASSIVO</b>				
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>				
<b>Fundos, Reservas e Resultados</b>				
511	Fundo Reserva pª Financ.Serviço Contencioso	10.1	322.637,98	387.637,98
512	Fundo Reserva Sindical	10.1	132.362,02	132.362,02
513	Fundo Campanha Sindicalização	10.1	0,00	0,00
55	Outras Reservas	5,10.1,10.2	1.585.886,39	895.170,63
	<b>Subtotal</b>		<b>2.040.886,39</b>	<b>1.415.170,63</b>
561	Resultados Transitados	10.1	0,00	0,00
562	Resultados Transitados (Ajustamento transição)	10.1	0,00	0,00
564	Correção Períodos Anteriores	5,10.1,10.2	-4.418,44	813.779,96
818	Resultado Líquido	10.1 e 10.2	-64.266,18	-188.064,20
818	<b>Subtotal</b>		<b>-68.684,62</b>	<b>625.715,76</b>
	<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>1.972.201,77</b>	<b>2.040.886,39</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>				
29	Provisões	11	2.522,56	2.808,03
	<b>Total Passivo Não Corrente</b>		<b>2.522,56</b>	<b>2.808,03</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
221	Fornecedores C/C	12	11.916,03	26.732,13
248	Estado e outros entes públicos	13	31.814,98	30.650,53
282	Diferimentos (Rendimentos a Reconhecer)	9.2	660,00	0,00
278	Outras Contas a Pagar-Credores diversos	12	51.142,21	67.429,81
2722	OCP (Credores por Acréscimo de Gastos)	12	55.656,59	56.699,62
	<b>Total Passivo Corrente</b>		<b>151.189,81</b>	<b>181.512,09</b>
	<b>TOTAL dos FUNDOS PATRIMONIAIS E do PASSIVO</b>		<b>2.125.914,14</b>	<b>2.225.206,51</b>

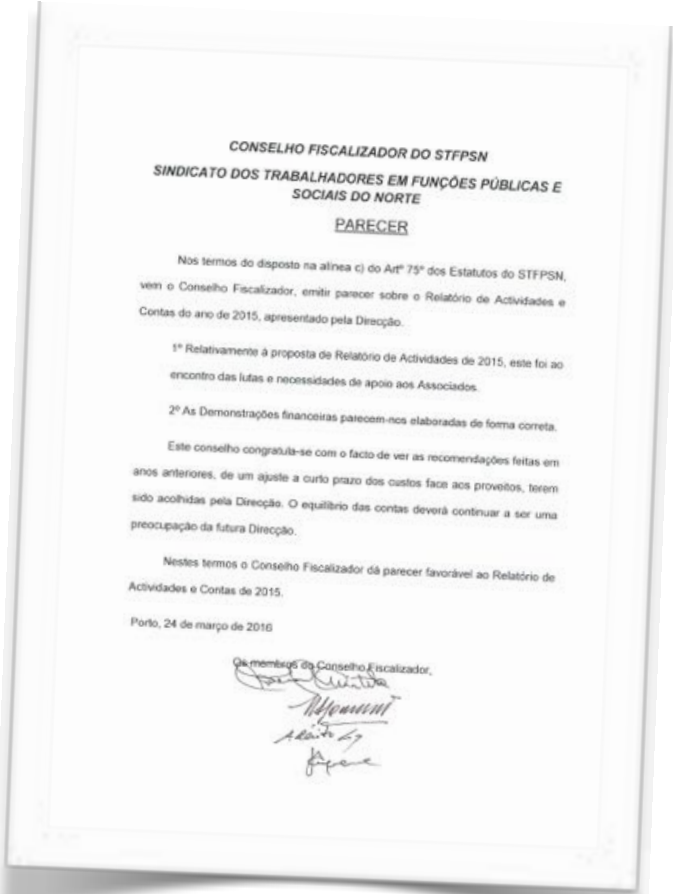




Rubricas	Orçamento	Resultados	Desvio	Desvio %
<b>Rendimentos</b>				
<b>Qtz Estatutárias</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.037.564,67</b>	<b>37.564,67</b>	<b>3,76%</b>
Qtz Departamentos	907.200,00	934.816,51	27.616,51	3,04%
Qtz Individuais	12.800,00	15.268,02	2.468,02	19,28%
Qtz Transferências	80.000,00	87.480,14	7.480,14	9,35%
<b>Regulamento</b>	<b>0,00</b>	<b>7.527,41</b>	<b>7.527,41</b>	<b>100,00%</b>
Aplicação Regulamento	0,00	7.527,41	7.527,41	100,00%
<b>Comparticip. em Programas Financiados Estado</b>	<b>31.600,00</b>	<b>2.143,03</b>	<b>-29.456,97</b>	<b>-93,22%</b>
Comparticip. Acções de Formação Profissional	29.000,00	0,00	-29.000,00	-100,00%
Comparticip. Estágios Profissionais	2.600,00	2.143,03	-456,97	-17,58%
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>4.570,00</b>	<b>2.047,10</b>	<b>-2.522,90</b>	<b>-55,21%</b>
Restituição Impostos	850,00	497,10	-352,90	-41,52%
Outros Rendimentos	3.720,00	1.550,00	-2.170,00	-58,33%
<b>Rendimentos Financeiros</b>	<b>10.000,00</b>	<b>4.615,48</b>	<b>-5.384,52</b>	<b>-53,85%</b>
Juros Obtidos	10.000,00	4.615,48	-5.384,52	-53,85%
<b>Tot Rendimentos</b>	<b>1.046.170,00</b>	<b>1.053.897,69</b>	<b>7.727,69</b>	<b>0,74%</b>
<b>Gastos</b>				
<b>Qtz e Iniciativas Mov Sindical</b>	<b>212.390,00</b>	<b>220.282,82</b>	<b>7.892,82</b>	<b>3,72%</b>
<b>Quotizações estatutárias</b>	<b>162.390,00</b>	<b>168.404,58</b>	<b>6.014,58</b>	<b>3,70%</b>
Gastos Operacionais-CGTP	80.000,00	83.005,17	3.005,17	3,76%
Gastos Operacionais-FNSFP	80.000,00	83.005,17	3.005,17	3,76%
Confederação Quadros Técnicos	2.390,00	2.394,24	4,24	0,18%
<b>Iniciativas Movimento Sindical</b>	<b>50.000,00</b>	<b>51.878,24</b>	<b>1.878,24</b>	<b>3,76%</b>
Compq.pª União Sind Porto	31.000,00	32.164,51	1.164,51	3,76%
Compq.pª União Sind Braga	10.000,00	10.375,65	375,65	3,76%
Compq.pª União Sind Viana	4.000,00	4.150,26	150,26	3,76%
Compq.pª União Sind V.Real	3.000,00	3.112,68	112,68	3,76%
Compq.pª União Sind Bragança	2.000,00	2.075,14	75,14	3,76%
<b>Ação Sindical</b>	<b>187.116,22</b>	<b>170.489,10</b>	<b>-16.627,12</b>	<b>-8,89%</b>
Remunerações Órgãos Sociais	2.500,00	3.593,94	1.093,94	43,76%
Transporte, alojamento e refeições dirigentes sindicais	41.000,00	33.417,04	-7.582,96	-18,50%
Transporte, alojamento e refeições delegados sindicais	5.000,00	2.534,11	-2.465,89	-49,32%
Remunerações e encargos salariais com pessoal	45.075,58	45.277,44	201,86	0,45%
Trabalhos tipográficos	3.100,00	1.662,35	-1.437,65	-46,38%
Combustíveis com viaturas	16.500,00	14.859,16	-1.640,84	-9,94%
Jornais, revistas e publicações não oficiais	100,00	2,25	-97,75	-97,75%
Aparcamento e portagens de viaturas	6.000,00	8.114,72	2.114,72	35,25%
Aluguer viat ligeiras e autocarros	15.000,00	10.579,04	-4.420,96	-29,47%
Comunicações postais	11.900,00	9.050,18	-2.849,82	-23,95%
Telecomunicações (Telefone e Internet )	22.000,00	22.472,41	472,41	2,15%
Seguros viaturas	990,00	894,55	-95,45	-9,64%
Seguro acidentes pessoais colectivo	461,00	253,75	-207,25	-44,96%
Honorários com assessor Imprensa	11.489,64	11.489,64	0,00	0,00%
Conservação e reparação de viaturas	4.000,00	4.333,28	333,28	8,33%
Publicidade e propaganda	2.000,00	1.955,24	-44,76	-2,24%
<b>Administração e Gestão</b>	<b>372.156,19</b>	<b>369.526,22</b>	<b>-2.629,97</b>	<b>-0,71%</b>
Remunerações e encargos salariais com pessoal	272.268,25	278.749,80	6.481,55	2,38%
Transporte, alojamento e refeições funcionários	1.200,00	802,39	-397,61	-33,13%
Electricidade	15.000,00	12.037,07	-2.962,93	-19,75%
Água	1.800,00	1.732,07	-67,93	-3,77%
Ferramentas	200,00	122,10	-77,90	-38,95%
Material Escritório	14.000,00	12.829,46	-1.170,54	-8,36%
Rendas Instalações	17.544,60	16.980,00	-564,60	-3,22%
Seguros edifícios e recheio	1.725,98	1.853,46	127,48	7,39%
Honorários para gestão financeira	6.247,32	3.123,66	-3.123,66	-50,00%
Honorários com serviços de informática	8.000,04	8.000,04	0,00	0,00%
Honorários para serviços diversos	14.000,00	15.029,68	1.029,68	7,35%
Conservação e reparação de imóveis	6.000,00	1.013,65	-4.986,35	-83,11%
Conservação equipamento administrativo e outro	4.850,00	4.287,79	-562,21	-11,59%
Conservação e reparação equip. informáticos	1.250,00	1.450,47	200,47	16,04%
Outros serviços - Imóveis - condomínios	1.000,00	713,32	-286,68	-28,67%
Aluguer Operacional Equipamento	0,00	5.453,74	5.453,74	-100,00%
Materiais de higiene e limpeza	1.400,00	1.848,15	448,15	32,01%
Vigilância e segurança - contratos	1.200,00	771,70	-428,30	-35,69%
Impostos directos e indirectos	4.470,00	2.727,67	-1.742,33	-38,98%
<b>Juridico</b>	<b>262.091,70</b>	<b>267.617,02</b>	<b>5.525,32</b>	<b>2,11%</b>
Remunerações e encargos salariais com pessoal	188.812,02	187.811,76	-1.000,26	-0,53%
Livros e documentação técnica	600,00	571,84	-28,16	-4,69%
Honorários advogados	69.679,68	74.581,73	4.902,05	7,04%
Custas Judiciais	2.500,00	3.747,94	1.247,94	49,92%
Transporte, alojamento e refeições funcionários e outros	500,00	903,75	403,75	80,75%
<b>Outros Serviços aos Sócios</b>	<b>69.006,91</b>	<b>52.926,62</b>	<b>-16.080,29</b>	<b>-23,30%</b>
Remunerações e encargos salariais com pessoal	24.594,91	24.272,51	-322,40	-1,31%
Formação financiada	20.000,00	0,00	-20.000,00	-100,00%
Formação Interna Sindicato	3.500,00	8.988,52	5.488,52	156,81%
Unicepe, UPP, Conselho Paz e Cooperação	1.627,00	1.522,50	-104,50	-6,42%
Edição da Revista do STFPSPN	18.000,00	16.681,01	-1.318,99	-7,33%
Federação de Campismo e Associação Benéfica Emp.Comércio	1.285,00	1.462,08	177,08	13,78%
<b>Outros Gastos</b>	<b>6.294,00</b>	<b>4.692,43</b>	<b>-1.601,57</b>	<b>-25,45%</b>
Artigos para oferta	100,00	0,00	-100,00	-100,00%
Transporte mercadorias	100,00	5,90	-94,10	-94,10%
Donativos	500,00	610,00	110,00	22,00%
Multas fiscais e parafiscais	1.000,00	259,33	-740,67	-74,07%
Correções Períodos Anteriores	1.000,00	153,45	-846,55	-84,66%
Serviços bancários	3.594,00	3.663,75	69,75	1,94%
<b>Gastos sem Amortizações Provisões e Congressos</b>	<b>1.109.055,02</b>	<b>1.085.534,21</b>	<b>-23.520,81</b>	<b>-2,12%</b>
Provisões		1.931,48	1.931,48	100,00%
Amortizações	55.000,00	29.834,18	-25.165,82	-45,76%
<b>Total Gastos sem Congressos</b>	<b>1.164.055,02</b>	<b>1.117.299,87</b>	<b>-48.686,63</b>	<b>-4,18%</b>
Congresso US Vila Real	0,00	864,00	0,00	100,00%
<b>Total Gastos</b>	<b>1.164.055,02</b>	<b>1.118.163,87</b>	<b>-48.686,63</b>	<b>-4,18%</b>
Resultado Líquido Período	-117.885,02	-64.266,18	-53.618,84	45,48%
Investimentos	6.500,00	1.484,27	-5.015,73	77,17%
<b>Autofinanciamento</b>	<b>-69.385,02</b>	<b>-35.916,27</b>	<b>-33.468,75</b>	<b>48,24%</b>



# CONTROLO ORCAMENTAL 2015



# A Constituição da República Portuguesa e o exercício da atividade sindical

A nossa Constituição (doravante apenas CRP) consagra desde a sua aprovação a 02 de abril de 1976, no Título que versa sobre os “Direitos, liberdades e garantias” – Capítulo dos “Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores” o direito à Liberdade sindical (atual artigo 55º) e Direitos das associações sindicais e contratação coletiva (artigo 56º).

À semelhança do restante articulado da CRP estão em causa princípios fundamentais que assumem uma importante função: alicerce que vincula e conforma a atuação do legislador ao longo dos tempos. Em 40 anos, no palco da vida, escreve-se a história nas suas múltiplas facetas e dimensões. A política, a economia, a cultura, a religião, a arte, a filosofia, as ciências e as novas tecnologias, o mundo social e laboral (...) modificam diariamente a um ritmo sem precedentes.

É neste contexto, em permanente tensão, que a liberdade sindical e os direitos das associações sindicais têm feito caminho. Nasce a par da necessidade de liberdade de expressão e de defesa dos mais fracos face ao poder; crescem e amadurecem com a experiência da democracia – também ela uma realidade permeável a toda a evolução circundante. Nos momentos de crise e de perda damos a estes direitos um valor precioso; na acalmia dos tempos parecem adormecidos e dado garantido... para logo voltarem a estar sob ameaça obrigando o coletivo a estar sob alerta!

Assim, prevê o artigo 55º da CRP que é reconhecido aos trabalhadores a liberdade sindical como condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses. As associações sindicais são, portanto, à luz da CRP independentes do patronato, do Estado, das confissões religiosas, dos partidos e associações políticas. Deve ser garantida a independência das associações como condição prévia de liberdade na prossecução daquele que é o seu escopo fundamental e estruturante – a unidade dos trabalhadores e a defesa dos seus direitos sem prisões nem amarras a outros interesses ou ideologias.

Tendo como pano de fundo este princípio de liberdade sindical, o artigo 56º da CRP densifica os direitos das associações sindicais que se alicerçam na defesa e promoção dos direitos dos trabalhadores que representam.

A concretização destes princípios e direitos no âmbito do direito ordinário, ou com impacto direto no âmbito das

relações laborais, esteve longe de ser pacífica! Até ao 25 de Abril e a CRP de 76 era proibido todo e qualquer direito de associação aos trabalhadores. Foi, por isso, um movimento de luta árduo e persistente dos trabalhadores que permitiu ir ultrapassando décadas de legislação repressiva. A legalização da atividade sindical, nomeadamente na Função Pública, iniciou-se logo após a Revolução de Abril mas levou anos até que o exercício desses direitos começasse a ser efetivo.

O Conselho da Revolução aprovou o DL 215-B/75 que regulamentava as organizações sindicais e a atividade sindical. Este diploma legal foi estrutural pois veio concretizar os princípios constitucionais, consagrando os direitos das associações sindicais, tais como, a participação na contratação coletiva; o direito de reunião no local de trabalho; a necessidade de consentimento em caso de transferência de delegados sindicais;... Apesar da sua importância este diploma só vem a ser adaptado para a Administração Pública 24 anos depois - com o DL 84/99, o que nos permite compreender como a história se escreve tão lentamente e graças à luta de tantos e tantos trabalhadores através das suas organizações sindicais.

Presentemente a atividade sindical está prevista quer para o privado quer para a Função Pública no Código do Trabalho (Lei 7/2009), sendo que para a Administração Pública estão ainda previstas algumas especificidades na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (Lei 35/2014).

Muito se poderia escrever sobre a atividade sindical na atualidade... não sendo, então, possível cobrir todos os temas, optamos por destacar, pela sua pertinência, apenas 3 pontos: o exercício do direito de participação na elaboração da legislação laboral da Administração Pública; os acordos coletivos de trabalho e a marcação de reuniões no local de trabalho.

Assim, e quanto ao exercício do direito de participação na elaboração da legislação laboral da Administração Pública prevê o artigo 16º da Lei 35/2014 que “qualquer projeto ou proposta de lei, projeto de decreto-lei ou projeto ou proposta de decreto regional relativo às matérias previstas no artigo anterior (constituição, modificação e extinção do vínculo de emprego público, recrutamento e seleção, tempo de trabalho, férias, faltas e licenças, remuneração e outras prestações periódicas, formação, segurança e saúde no trabalho, regime





**“Se as primeiras décadas da democracia foram o ambiente propício para o movimento sindical crescer e atingir a maturidade, mais recentemente vamos assistindo a um retrocesso na medida em que as normas vigentes dificultam a atividade sindical. São frequentes os atropelos à CRP – o que não nos pode deixar indiferentes. Importa estar atento, pois o movimento e atividade sindical não é uma realidade apenas institucional. É uma realidade que se constrói diariamente com o contributo e a participação de cada trabalhador.”**

disciplinar, mobilidade, avaliação, direitos coletivos, proteção social convergente e ação social complementar....) só pode ser discutido e votado pela Assembleia da República, pelo Governo da República, pelas assembleias legislativas das regiões autónomas e pelos governos regionais, depois de as comissões de trabalhadores e associações sindicais se terem podido pronunciar sobre eles.

Os sindicatos desempenham a este nível um importante papel na medida em que são parte ativa do processo legislativo. Nem sempre um processo pacífico e facilitado sobretudo quando do outro lado do processo negocial não há abertura nem disponibilidade para o diálogo e debate construtivo e autêntico. Recentemente a negociação foi por várias vezes “boicotada”. Sob a capa da formalidade de reuniões para a negociação na verdade os representantes dos sindicatos são convidados a estar presentes alguns minutos para “discutir” centenas de artigos....

Ainda assim, aqui e ali consegue-se que a negociação aconteça – como foi o ainda recente exemplo do regime jurídico das amas da segurança social.

Outro ponto que tem assumido importante relevância é o da negociação coletiva, em especial, a possibilidade de

serem assinados acordos coletivos de trabalho (acordos coletivos de carreira e acordos coletivos de empregador público). Está em causa uma novidade no âmbito da Administração Pública e que desde 2009 até à data tem já sofrido algumas alterações.

Estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho só podem dispor sobre as matérias previstas no artigo 355º da Lei 35/2014 e têm um alcance muito mais restrito do que no direito laboral privado; são assinados não só pelas associações sindicais em representação dos trabalhadores e pelo empregador público (como acontece no privado) mas também por representante do membro do Governo responsável pela área das finanças e da Administração Pública (confronte-se artigo 264º da Lei 35/2014) – o que de algum modo afasta a possibilidade de um processo negocial em absoluto distanciado do poder legislativo...

Nesta matéria foi decisiva a pronúncia do Tribunal Constitucional quanto ao entendimento que no âmbito da Administração Local são bastantes para outorgar os acordos coletivos de empregador público os representantes dos municípios e os representantes dos trabalhadores (a exigência de outorga destes acordos coletivos também por representante do membro do Governo colocaria em causa o regime de autonomia e competências próprias da administração local).

São exemplos de acordos de carreiras o ACT 1/2009 (carreiras do regime geral) e o ACT 2/2009 (carreira médica). São exemplos de acordos coletivos de empregador público os inúmeros acordos que têm sido outorgados entre os sindicatos e a Administração Local (permitindo aos trabalhadores da Administração Local o regime das 35 horas de trabalho semanal).

Finalmente, e quanto às reuniões no local de trabalho, dispõe o artigo 341º da Lei 35/2014 que os trabalhadores podem reunir-se no local de trabalho fora ou durante o horário de trabalho (neste último caso, pelo período máximo de 15 horas por ano e desde que seja assegurado o serviço urgente e essencial). As reuniões podem ser convocadas pela comissão sindical, pelas associações sindicais ou os respetivos delegados.

Já no âmbito do privado o Código do Trabalho prevê que as reuniões no local de trabalho podem ser convocadas por 1/3 ou 50 trabalhadores do estabelecimento ou por comissão sindical ou intersindical (confronte-se artigo 461º do Código do Trabalho) – o que tem dificultado o exercício da atividade sindical. Basta termos em conta que num local de trabalho onde os delegados sindicais não estejam eleitos não há comissão sindical, logo, a reunião só pode ser pedida por 1/3 dos trabalhadores... o que não é muito fácil pela forma como os individualiza e confronta perante a entidade empregadora.

Se as primeiras décadas da democracia foram o ambiente propício para o movimento sindical crescer e atingir a maturidade, mais recentemente vamos assistindo a um retrocesso na medida em que as normas vigentes dificultam a atividade sindical. São frequentes os atropelos à CRP – o que não nos pode deixar indiferentes. Importa estar atento, pois o movimento e atividade sindical não é uma realidade apenas institucional. É uma realidade que se constrói diariamente com o contributo e a participação de cada trabalhador.

**Carla Margarida Costa/ Jurista STFPSN  
Março 2016**





**CONTINUA  
A SEMEAR  
ABRIL!**

**DÁ FORÇA ÀS  
COMEMORAÇÕES  
POPULARES  
DA REVOLUÇÃO  
DE ABRIL E DO  
PRIMEIRO DE MAIO**



# 2016

## + FORMAÇÃO > QUALIFICAÇÃO

### INSCREVA-SE JÁ!

O Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte divulga para o ano de 2016 o seu programa de formação tendo por base a seguinte estrutura:

#### 25 ações diferenciadas

**Destinatários** – trabalhadores da administração pública e sector social

**Tipologia de cursos** – formação inicial e contínua

Independentemente de candidaturas que venham a ser aprovadas no âmbito do Portugal 2020, o Sindicato incrementará o seu plano formativo, responsabilizando-se pela formação para os seus associados.

## Condições de participação

#### 1ª) Período de inscrição

Todos os interessados deverão candidatar-se, impreterivelmente, até ao dia 9 de maio de 2016.

#### 2ª) Modo de inscrição:

Os associados interessados poderão candidatar-se às ações de formação utilizando a ficha de inscrição. Esta deverá ser enviada pelo correio para o STFPSN (Rua Vasco Lobeira 47, 4249-009 Porto), ou por fax (número 225507257), ou ainda por e-mail (geral.porto@stfpsn.pt).

#### 3ª) Local da ação:

O local de cada ação está condicionado ao número de inscrições. Assim, é fundamental preencher, na ficha de inscrição, o campo correspondente ao distrito onde pretende frequentar o curso.

#### 4ª) Nº de participantes:

Todas as ações de formação têm um número limite de participantes, pelo que sugerimos o envio da candidatura com a maior brevidade possível.

Se o número de inscritos for superior ao previsto, o STFPSN utilizará os seguintes critérios:

1º - Associados com as quotas em dia;

2º - Associados que não tenham frequentado ações de formação promovidas pelo STFPSN;

3º - Associados cujas categoria profissional e habilitações estejam adequadas ao curso a que se inscreve;

4ª - Antiguidade como associado do Sindicato.

5ª - Montantes envolvidos:

A participação nas ações de formação (Intra ou co-financiadas) será gratuita, não havendo lugar a qualquer pagamento por parte dos associados.

No que concerne aos trabalhadores da Função Pública não sócios que pretendam frequentar as ações de formação, aplicam-se as seguintes condições:

- Inscrição no Sindicato ou

- Pagamento de uma taxa de inscrição, cujo valor depende da duração do respetivo curso.

- Apreciação prévia de existência de vaga.

## Programa de formação 2016

Designação	Dur.	Destinatários
Direitos e Deveres (formação inicial)	14h	Trabalhadores em geral da AP
Sistema de Avaliação de Desempenho dos Trabalhadores da Adm. Pública	14h	Trabalhadores em geral da AP
Lei nº 7/2009- Código do Trabalho - Privado	21h	Todos os trab. de contrato individual de trabalho (IPSS, EPE, Misericórdias)
Procedimento Administrativo e Medidas de Modernização Administrativa	14h	Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores
A Contratação de Recursos Humanos na Adm. Pública: Contrato de Trabalho e Aquisição de Serviços	7h	Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	21h	Trabalhadores em geral da AP
Férias e Faltas	14h	Trabalhadores em geral da AP
Horário de Trabalho	14h	Trabalhadores em geral da AP
Regime dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	14h	Trabalhadores em geral da AP
Regime Remuneratório da Administração Pública	7h	Trabalhadores em geral da AP
Designação	Dur.	Destinatários
Bullying Escolar: Prevenção e Intervenção	14h	Trabalhadores que prestam auxílio, às crianças e jovens, nas escolas
Atitudes Assertivas em Contexto Escolar	18h	Trabalhadores que prestam auxílio, às crianças e jovens, nas escolas
Crianças e Jovens com Necessidades Educativas Especiais	18h	Trabalhadores que prestam auxílio às crianças e jovens com deficiência
Atendimento - Técnicas de Comunicação	18h	Trabalhadores em geral da AP
Trabalho em Equipa	18h	Trabalhadores em geral da AP
Gestão de Stress e Emoções	18h	Trabalhadores em geral da AP
Gestão de Conflitos	18h	Trabalhadores em geral da AP
Designação	Dur.	Destinatários
Internet	14h	Trabalhadores em geral da AP
Utilização Fundamental de Ferramentas do Office (Iniciação)	18h	Trabalhadores em geral da AP
Designação	Dur.	Destinatários
SNC-AP Sistema Normalização Contabilística da Adm. Pública	18h	T. superiores, ass. técnicos e todos os trab. que exerçam ou venham a exercer funções na área da contabilidade pública.
IRS - as novas regras	12h	Trabalhadores em geral da AP

As datas das ações de formação serão divulgadas posteriormente, assim que forem definidas as turmas, tendo por base as inscrições rececionadas.

Nota: A formação será realizada no local com maior número de interessados/ inscritos.

#### Formação Sindical: Dirigentes e Delegados

Designação - Seminários	Duração
Impacto da Lei do Orçamento de Estado 2016 nos Recursos Humanos da Administração Pública	6h
Alterações ao contrato individual de trabalho - IPSS e EPEs	6h
Alterações ao contrato de trabalho em funções públicas	6h
O Papel do Dirigente e do Delegado Sindical - competências e procedimentos	12h



### dados pessoais

Nº Sócio.....

Nome.....

Morada.....

Localidade .....

Código Postal .....

Data de Nascimento ...../ ...../ ..... Nº Contribuinte .....

nº B.I. .... Data Emissão ...../ ...../ ..... Arq. Identificação.....

Nº Telef./Telemóvel ..... e-mail:.....

Habilitações Literárias .....

### dados profissionais

Local de Trabalho.....

Morada.....

Localidade .....

Código Postal .....

Nº Telef: ..... Fax: ..... e-mail: .....

Categoria Profissional .....

Ministério a que pretence .....

Vínculo Profissional .....

### acções em que se inscreve

(máximo 3)

Nome da Acção:

.....  
.....  
.....

Local(\*):

.....  
.....  
.....

Os dados recolhidos destinam-se para uso exclusivo do STFPSN. Nos termos da Lei é garantido ao sócio o direito de acesso aos seus dados e respectiva rectificação.



Autorizo o STFPSN a divulgar os meus dados pessoais relativos à identificação, endereço e contacto para efeitos de uma eventual auscultação, aos Programas Operacionais de Financiamento e/ou DGERT - Direcção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, no âmbito do Acompanhamento.

\* Campos de preenchimento obrigatório

Ficha de Inscrição

